



## **PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS AO TRANSTORNO DE PÂNICO EM DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE PELOTAS/RS**

ANA PAULA PEREIRA BRAYER<sup>1</sup>; CAROLINA COELHO SCHOLL<sup>2</sup>; LUCIANA DE  
AVILA QUEVEDO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – ana.brayer@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Católica de Pelotas– carolinacscholl@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Católica de Pelotas – lu.quevedo@bol.com.br

### **1. INTRODUÇÃO**

Conforme o DSM-5 (APA, 2013), o transtorno de pânico (TP) é classificado como um transtorno de ansiedade, caracterizado por recorrentes ataques de pânico que podem ocorrer entre intervalos de tempos indefinidos ao longo da vida. Os ataques podem ser recorrentes ou inesperados (imprevisível, ocorrendo em qualquer situação). Tais ataques podem surgir como consequência do medo excessivo de vários fatores, como preocupações físicas e pessoais, constrangimento, julgamento, pensamento de morte, “enlouquecimento” e perda de controle sobre situações.

Esses fatores estão presentes com frequência na vida profissional dos professores que se deparam com atividades que vão além da sala de aula (CARLOTTO & CÂMARA, 2015). O professor passa por diversas cobranças no contexto escolar, como carga horária excessiva acúmulo de atividades, baixa remuneração, salas de aula lotadas e áreas de risco de violência.

No Brasil, os docentes de ensino fundamental estão entre os que mais são afastados por licenças-médicas, sendo as licenças por transtornos ansiosos as segundas mais frequentes (MAIA, 2014). O transtorno de pânico aparece em primeiro lugar entre os transtornos de ansiedade. Gasparini, Barreto e Assunção (2005) afirmam que os afastamentos por transtornos mentais são os mais prevalentes na categoria docente.

Entretanto, são nulos os estudos que buscam verificar a prevalência de transtorno de pânico em professores. A partir disso, o presente estudo tem por objetivo verificar a prevalência e os fatores associados ao transtorno de pânico em professores de ensino fundamental da rede municipal de Pelotas/RS.

### **2. METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de delineamento transversal e sua amostra compreende todos os professores regulares de ensino fundamental da rede municipal da cidade de Pelotas, RS.

A entrevista com os professores foi realizada por estudantes de psicologia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Universidade Federal de Pelotas(UFPel), treinados e supervisionados semanalmente pela psicóloga doutoranda responsável pela pesquisa e sua orientadora. Para participar do estudo, os professores deveriam estar lecionando ensino fundamental regular por, pelo menos, seis meses. Todos aqueles que aceitaram a participação assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para avaliação do Transtorno de Pânico, foi utilizada a Mini International Neuropsychiatric Interview (M.I.N.I. Plus) (AMORIM, 2000; SHEEHAN et al.,

1998). Os profissionais diagnosticados com o transtorno foram encaminhados para a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima de sua residência. Além disso, um questionário auto-aplicável sobre variáveis sociodemográficas e laborais também foi aplicado.

O projeto da presente pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCPel e sua aplicação autorizada pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED).

Os dados foram digitados no software EpiData3.1 e analisados no Stata 12.0. A distribuição da amostra e a prevalência de Transtorno de Pânico foram calculadas através de frequência simples e a associação das variáveis sociodemográficas e laborais com o desfecho foi realizada através do teste qui-quadrado e ANOVA.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram identificados 554 professores, entretanto, 238 não preencheram os critérios de inclusão ou não aceitaram participar do estudo. Com isso, restaram 316 professores para análise.

A maioria era do sexo feminino (85,4%), tinha entre 36 e 48 anos (48,2%), pertencia à classe socioeconômica B (80,2%), tinha pós-graduação (55,7%) e vivia com companheiro(a) (64,9%). Ainda, 64,2% (n=202) trabalhavam na escola entre 1 e 10 anos e 49,5% (n=156) lecionavam em uma escola apenas. A prevalência de transtorno de pânico foi de 2,2% (n=7).

Dentre aqueles que foram identificados com transtorno de pânico, todos eram do sexo feminino (p=0,269), 42,9% tinham 24 a 35 anos (p=0,541), 71,4% pertenciam à classe socioeconômica B (p=0,716), 71,4% tinham pós-graduação (p=0,682), 57,1% viviam com companheiro(a) (p=0,657), todos trabalhavam entre 1 e 10 anos na escola (p=0,137) e 57,1% trabalhavam em 2 escolas (p=0,526). Nenhuma das análises mostrou-se significativa.

A prevalência identificada vai ao encontro da descrita por Mari, Jorge e Kohn (2006), no qual 1,6% da população de São Paulo (SP) é diagnosticada com transtorno de pânico. O TP mostra-se duas vezes mais comum em mulheres e, geralmente, inicia no final da adolescência ou no início da vida adulta, com média de aparecimento entre os 20 e 30 anos.

### 4. CONCLUSÕES

Como sabemos, os professores ocupam um lugar importante na sociedade, capacitando o cidadão para a vida integralmente (OIT, 1994). Gasparini, Barreto, e Assunção (2005) afirmam que, além da sala de aula, os professores participam diretamente da gestão da escola, dedicando-se também à comunidade. Deve-se levar em conta que maioria das escolas públicas possui *déficit* de professores do ensino fundamental, falta de material e de estrutura física, o que pode gerar acúmulo de estressores, adoecimento e afastamento do trabalho.

Com isso, é de importância estudos que revelem os aspectos gerais de saúde dos docentes, identificando as condições de trabalho e compreendendo as dificuldades que os professores enfrentam nas escolas. A partir desses dados, pode-se melhorar e implementar serviços de promoção e prevenção à saúde para a classe docente.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**, AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, Porto Alegre: Artmed, 2014. 5v.

AMORIM, P. Mini International Neuropsychiatric Interview (MINI): validação de entrevista breve para diagnóstico de transtornos mentais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. 3, p. 106-115, 2000.

ANDRADE, M. Trabalho docente e licenças médicas de professores afastados. **Revista do Centro Universitário Moura Lacerda**, Ribeirão Preto, v.16, n.16, p. 145 -156, 2014.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Prevalence and risk factors of common mental disorders among teachers. **Journal of Work and Organizational Psychology**, Madrid, v. 31, n. 3, p. 201–206, 2015.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M., ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005

MARI, J.J.; JORGE, M.R.; KOHN, R. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos em adultos. In: DE MELLO, M.F.; DE MELLO, A.A.; KOHN, R.; eds. **Epidemiologia da Saúde Mental no Brasil**. Porto Alegre: Artmed; 2006. p. 119-42.

SHEEHAN, D.; et al. The Mini-International Neuropsychiatric Interview (M.I.N.I.): the development and validation of a structured diagnostic psychiatric interview for DSM-IV and ICD-10. **Journal of Clinical Psychiatry**, v. 59, suppl. 20, p. 22-33, 1998.